

Banco de Portugal divulga Contas Nacionais Financeiras para 2012

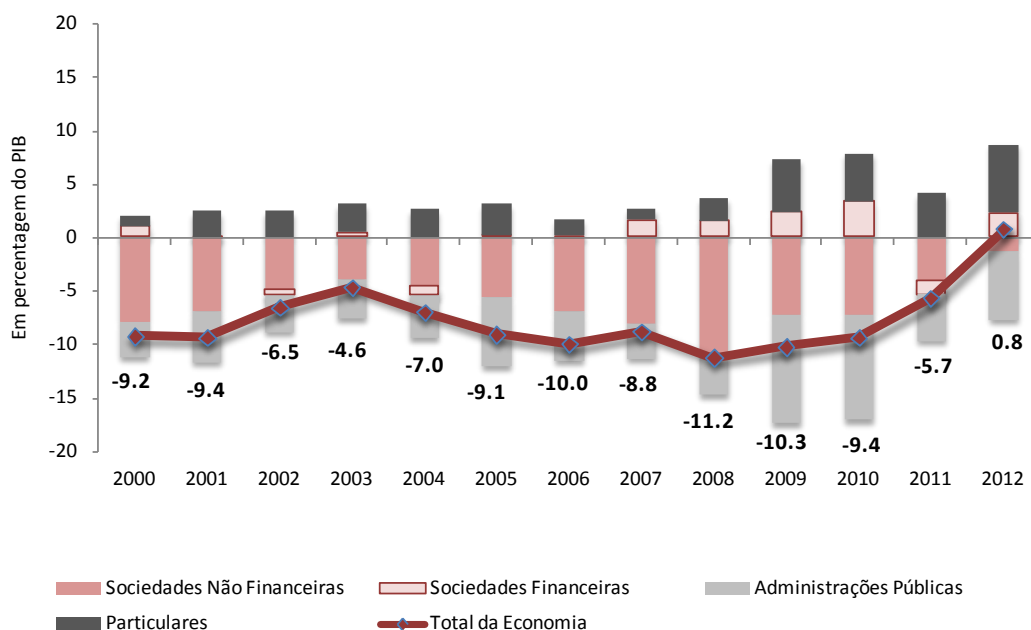
O Banco de Portugal divulga hoje no Boletim Estatístico e no BPstat | Estatísticas *online* as estatísticas de Contas Nacionais Financeiras referentes a 2012¹.

Principais resultados

Evolução da poupança financeira

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se em 0.8 por cento do produto interno bruto (PIB), refletindo uma poupança financeira positiva dos Particulares e das Sociedades Financeiras (respetivamente, 6.4 e 2.3 por cento do PIB). Esta poupança foi mais do que suficiente para satisfazer as necessidades de financiamento das Administrações Públicas e das Sociedades Não Financeiras (respetivamente, 6.4 e 1.4 por cento do PIB) (cfr. Gráfico 1).

Gráfico 1 – Poupança financeira

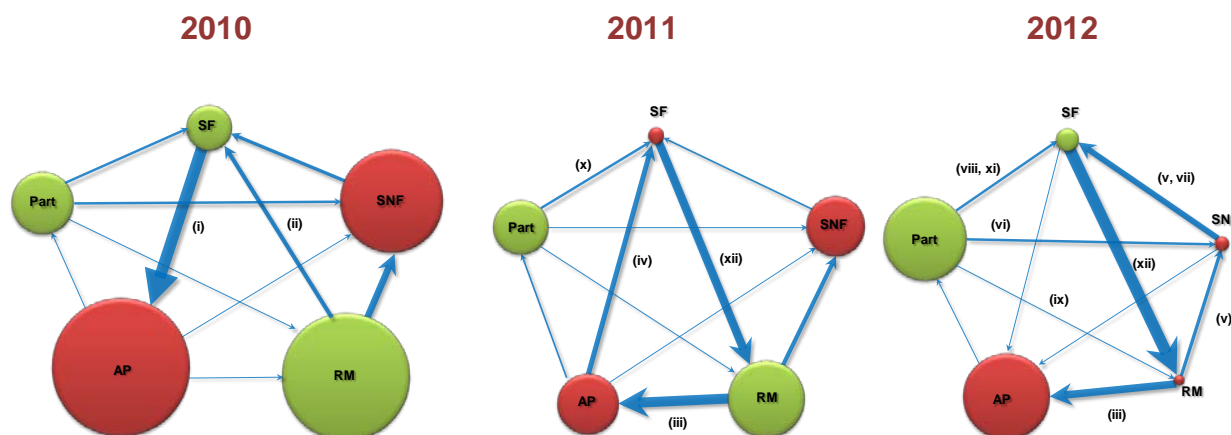


¹ Para definições e esclarecimentos metodológicos adicionais, ver "Nota técnica" e "Referências" da nota de informação estatística de 21 de abril de 2011 [Banco de Portugal divulga Contas Nacionais Financeiras para 2010](#). Os valores agora publicados incorporam a informação mais recente das fontes de informação utilizadas, nomeadamente das estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional e da Informação Empresarial Simplificada.

Fluxos de fundos: 2010 a 2012

O Gráfico 2 ilustra os fluxos de fundos (líquidos) entre os vários setores². O diâmetro dos círculos é proporcional à poupança financeira do setor (com preenchimento a verde nos casos em que é positiva e a vermelho quando é negativa). As setas ilustram os fluxos intersetoriais e o sentido do financiamento líquido; a sua largura é proporcional à dimensão dessas relações.

Gráfico 2 – Fluxos de fundos



Legenda: SNF – Sociedades Não Financeiras; SF – Sociedades Financeiras; AP – Administrações Públicas; Part – Particulares; RM – Resto do Mundo

Em 2010, as **Administrações Públicas** financiavam-se em grande medida, junto de Sociedades Financeiras (i) que, por sua vez, recorriam ao Resto do Mundo (principalmente ao Eurosistema) para obter fundos (ii). Estes movimentos alteraram-se com a entrada em vigor do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), no segundo trimestre de 2011: em 2011 e 2012, as necessidades de financiamento das Administrações Públicas foram supridas, essencialmente, por essa última via (iii). No âmbito do PAEF, foram obtidos empréstimos externos de 35.4 e 27.6 mil milhões de euros, respetivamente em 2011 e em 2012. Este efeito foi parcialmente contrariado pela amortização líquida de títulos de dívida pública detidos por entidades não residentes. Em 2011, parte dos fundos recebidos no quadro do PAEF e que não tinham sido utilizados foram canalizados para as Sociedades Financeiras, mediante a constituição de depósitos internos (iv).

As **Sociedades Não Financeiras** – o segundo setor institucional com maiores necessidades de financiamento em 2012 – foram financiadas, em termos líquidos, pelo Resto do Mundo e pelos Particulares. No primeiro caso, os fluxos intersetoriais mais expressivos em 2012 foram justificados, parcialmente, pela alienação a não residentes de participações de entidades financeiras em Sociedades Não Financeiras (v). No segundo caso, destacou-se o investimento financeiro dos Particulares em títulos de dívida emitidos por Sociedades Não Financeiras (vi). A amortização líquida de empréstimos obtidos por Sociedades Não Financeiras contribuiu significativamente para o financiamento líquido desse setor às Sociedades Financeiras (vii).

² O setor do Resto do Mundo (RM) representa o simétrico do total da economia, i.e., do conjunto dos setores institucionais residentes em Portugal.

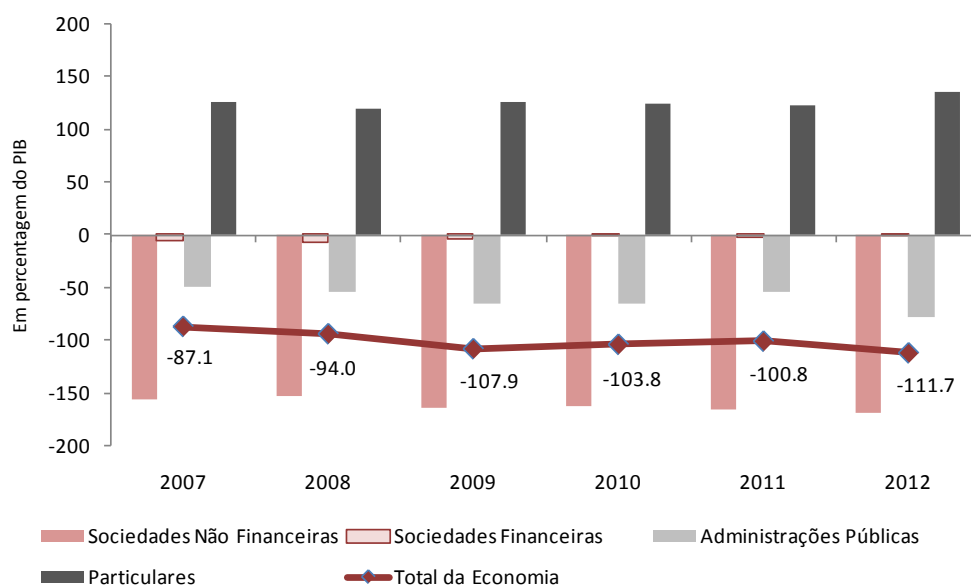
Em 2012, os **Particulares** foram financiadores líquidos das Sociedades residentes (Financeiras e Não Financeiras) e do Resto do Mundo. Em todos os casos, aumentou o investimento dos Particulares em títulos de dívida emitidos por entidades desses setores (vi, viii, ix). O financiamento líquido dos Particulares foi ainda influenciado, positivamente, pela amortização líquida de empréstimos e, negativamente, pelo desinvestimento em reservas técnicas de seguros (xi), movimentos que ocorreram, em ambos os casos, face a sociedades financeiras. Estes movimentos são distintos dos registados em 2011, ano em que aumentou a constituição de depósitos e decresceram as aplicações em unidades de participação de fundos de investimento e em reservas técnicas de seguros.

No setor das **Sociedades Financeiras** houve, em 2011 e 2012, uma redução de aplicações do Resto do Mundo em depósitos junto de bancos residentes e em unidades de titularização de crédito emitidas por fundos de titularização de crédito, na sequência de amortizações de operações de titularização ocorridas em anos anteriores (xii).

Evolução da riqueza financeira

A evolução da riqueza financeira dos setores foi diferenciada (cfr. Gráfico 3), refletindo a evolução da poupança financeira de cada sector, combinada com efeitos de outras variações de volume e preço. Observou-se um agravamento da posição negativa das Administrações Públicas e das Sociedades Não Financeiras e uma melhoria da posição positiva dos Particulares.

Gráfico 3 - Riqueza financeira



De entre os efeitos de preço, destaca-se a forte valorização dos títulos da dívida pública portuguesa em 2012, que contrasta com a desvalorização significativa observada em 2011, com reflexos na carteira dos setores detentores, em especial as Sociedades Financeiras e o Resto do Mundo.